

Pesquisa em Debate

MISSÃO ARTÍSTICA FRANCESA “A COLÔNIA DE ARTISTAS DE LE BRETON”

FRENCH MISSION ARTS "THE COLONY OF ARTISTS OF LE BRETON"

Dalmo de Oliveira Souza e Silva

Doutor em Artes pela Universidade Augusburg e Professor Titular da Universidade Metodista do Estado de São Paulo

Resumo

O presente estudo realiza uma reflexão sobre os fatos históricos que levam à constituição da Missão Artística Francesa e, principalmente seus os desdobramentos na trajetória da história da arte brasileira. As constantes revisões historiográficas dão conta dos fatores que trazem esse conjunto de artistas e artífices ao país – uma das análises mais brilhantes encontra-se no texto de Mário Pedrosa, “Da Missão Francesa – Seus Obstáculos Políticos”, integrante da coletânea *Acadêmicos e Modernos III*, organizada por Otilia Arantes. O artigo ora apresentado aborda diversas revisões historiográficas que mostram que os artistas franceses foram os fundadores da arte acadêmica como estilo no Brasil, uma arte cultivada pelo estado e organizada dentro de linhas metodológicas rígidas, com temáticas próprias, modelos formais próprios, exames de aptidão e sistema de premiações.

Palavras-chaves: Missão Artística Francesa; Arte Acadêmica; Le Breton

Abstract

This study reflects on the historical facts which form the French Artistic Mission, and especially its consequences in the history of the history of Brazilian art. The constant revisions historiographical realize the factors that cause this group of artists and craftsmen in the country - one of the more brilliant is the text of Mario Pedrosa, " Da Missão Francesa – Seus Obstáculos Políticos", a member of the *Acadêmicos e Modernos III* compilation organized by Otilia Arantes. The article presented here addresses several historiographical review showing that the French artists were the founders of academic art and style in Brazil, an art cultivated by the state and organized in a strict methodological lines, with their own subject, formal models themselves, aptitude tests and reward system.

Key words: French Artistic Mission, Academic Art, Le Breton

Há, hoje, uma lenda para o que se convencionou designar de “missão francesa”, ou aquele punhado de artistas cidadãos da França napoleônica que embarcaram para o Brasil em janeiro de 1816, depois de tratos com o encarregado de negócios de Portugal em Paris e trazendo cartas de recomendação do mesmo diplomata para ministros do rei.

Mário Pedrosa

Nas comemorações do “ano da França no Brasil”, uma reflexão sobre os fatos históricos que levam à constituição da Missão Artística Francesa e, principalmente seus desdobramentos na trajetória da história da arte brasileira se apresenta muito pertinente. As constantes revisões historiográficas dão conta dos fatores que trazem esse conjunto de artistas e artífices ao país – uma das análises mais brilhantes encontra-se no texto de Mário Pedrosa, “Da Missão Francesa – Seus Obstáculos Políticos”, integrante da coletânea *Acadêmicos e Modernos III*, organizada por Otilia Arantes. Neste estudo Mário Pedrosa examina o contexto político que envolve os artistas franceses, especialmente, seu líder Le Breton e o projeto de criação, aos moldes franceses, de um Instituto de Artes no Brasil.

Para balizar as idéias de Mário Pedrosa é necessário retroceder à situação das artes no Brasil colonial, em princípio do século XIX, na qual a arte gira em função da economia do ouro que naquele momento está em franca decadência. Na legislação lusitana vigente à época, a arte é vista como ofício mecânico. Isto equivale dizer que a talha, a escultura de imagens religiosas (incluindo sua douração e encarnação) e a marcenaria são ofícios mecânicos e agremidos corporativamente tal como a tradição medieval ainda mantida pelos Estados Absolutistas. A pintura não integra essa legislação, contudo, possui, na prática, sua agremiação. E, por fim, a arquitetura dominada pelos engenheiros militares portugueses,

formados sob a égide do desenho militar, privilegia a funcionalidade das construções. É a chegada da missão artística francesa, em 1816, que transforma esse contexto.¹

Porém, a situação colonial das artes no Brasil apresenta mudanças em data anterior: 1808, quando os exércitos de Napoleão Bonaparte invadem Portugal, obrigando D. João VI (rei de Portugal), sua família e sua corte (nobres, artistas e subalternos) a partirem para o Brasil. Com a chegada da corte, em uma manobra que preserva a Coroa de Portugal das ameaças militares e alianças políticas que a França de Napoleão impõe às casas reinantes européias, eleva-se o Rio de Janeiro de cidade colonial a centro de um império – Brasil Reino Unido de Portugal e Algarve. Essa condição exige novas necessidades políticas, sociais, culturais e urbanísticas. D. João VI estimula o desenvolvimento cultural do lugar através do estabelecimento da primeira gráfica e do jornal *A Gazeta do Rio de Janeiro*.

Paralelamente, em 1815, a França passa por turbulências políticas. Napoleão Bonaparte perde o poder e inicia-se o processo, conhecido como Restauração. Mario Pedrosa coloca ênfase nas questões políticas que levam os artistas à saída da França: “A queda de Napoleão, Waterloo – eis o motivo determinante que impeliu esses nomes brilhantes e já feitos em França a procurar emigrar para tão longe. Sem Waterloo não teria havido a Missão Artística de 1816”.² Alguns artistas ameaçados por essas mudanças políticas decidem partir para o Brasil. Outros pintores são motivados pela paisagem luminosa e, outros, ainda, são incentivados pela existência de uma burguesia abastada e desejosa de ser retratada.

Por motivações políticas, econômicas ou estéticas esses artistas veem para a nova terra a 25 de março de 1816: Joachim Le Breton (1760-1819) - o líder do grupo; Jean Baptiste Debret (1768-1848) - pintor histórico; Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830) – pintor de paisagens e de batalhas; Auguste Henri Victor Gandjean de Montigny (1776-1850) – arquiteto; Charles de Lavasseur – arquiteto; Louis Ueier – arquiteto; Auguste

¹ SALA, Dalton. “As Origens Históricas”. In: ACERVO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES. Coord. Heloísa Aleixo Lustosa; textos Amândio Miguel dos Santos (et. all.); Tradução Isa Mara Lando, Owen Beith, Stanley Heilbrun. São Paulo: Banco Santos, 2002, p. 19.

² PEDROSA, Mário. *Da Missão Francesa: seus obstáculos políticos*. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori (org.). *Acadêmicos e modernos: textos escolhidos III*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 100.

Marie Taunay (1768-1824) – escultor; François Bonrepos – escultor; Charles-Simon Pradier (1783-1847) – gravador; François Ovide – mecânico; Jean Baptiste Leve – ferreiro; Nicolas Magliori Enout – serralheiro; Pelite – peleteiro; Fabre – peleteiro; Louis Jean Roy – carpinteiro; Hypolite Roy – carpinteiro; Félix Taunay (1795 — 1881), filho de Nicolas-Antoine, que anos mais tarde, tem importante papel na Academia de Belas Artes. Seis meses mais tarde, em agosto de 1816, unem-se ao grupo: Marc Ferrez (1788-1850) – escultor e Zéphyrin Ferrez (1797-1851) – gravador de medalhas.

A perspectiva econômica também explica a presença de artistas independentes da Missão Francesa, no mesmo período: Thomas Ender, austríaco, que chega ao Brasil com a comitiva da Princesa Leopoldina e viaja pelo interior, retratando paisagens e cenas da vida cotidiana de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, e Johann-Moritz Rugendas, alemão, que está no Brasil entre os anos de 1821 e 1825. Porém, as condicionantes políticas são imprescindíveis para a compressão da vinda da Missão Artística Francesa e sua intenção de radicar os parâmetros neoclássicos no Reino do Brasil – um estilo artístico que propõe a volta aos padrões da arte greco-romana.

A iniciativa de organização e os fatos que cercam a vinda da Missão Artística ao Brasil são cercados, ainda hoje, por revisões historiográficas. De Afonso E. Taunay, célebre historiador nacional, passando por Adolfo Morales de Los Rios Filho e Mário Pedrosa até as mais recentes versões há controvérsias sobre o convite ou não desse grupo de artistas imigrados ao país. Alguns teóricos indicam que a idéia de trazer o grupo de artistas teria partido do Marquês de Marialva, por recomendação do naturalista alemão Alexander von Humboldt. O convite teria sido ratificado pelo Ministro dos Assuntos Estrangeiros de Portugal, António de Araújo e Azevedo, o Conde da Barca. Outros, entretanto, estudiosos mencionam uma carta de Nicolas-Antoine Taunay à rainha de Portugal, rogando-lhe o apoio, através de sua mediação junto ao Príncipe-Regente D. João, para a contratação do grupo, uma vez que, como bonapartistas, ou simpatizantes de Napoleão, não se sentem seguros na França que assiste ao retorno da dinastia dos Bourbon ao poder na França.

A Missão Artística Francesa é chefiada por Joachim Le Breton, recém-destituído do Instituto de França, um homem com larga experiência artística, historiador e crítico de arte e que, no período napoleônico ocupara altos cargos na administração cultural francesa

(diretor de Belas Artes do Ministério do Interior e representante do governo francês junto à Administração do Louvre). Esse grupo de artífices e artistas é denominado de *Colônia de Le Breton* e chega ao Brasil com a tarefa de revolucionar as artes na corte tropical do Rio de Janeiro.

O regente D. João VI assina o Decreto para a fundação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios a 12 de agosto 1816. Contudo, esse documento não passa de uma medida formal, pois a Escola não funciona de imediato. Segue um trecho do decreto, no qual se expressa o interesse régio pelos frutos práticos que tal instituição produziria para o crescimento da nação. Nesse trecho, as artes ficariam em segundo plano, contrariando os primeiros planos de Le Breton:

Atendendo ao bem comum, que provêm aos meus fiéis vassallos, de se estabelecer no Brasil uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, em que se promova e difunda a instrução e conhecimentos indispensáveis aos homens destinados não só aos Empregos Públicos da Administração do Estado, mas também ao progresso da Agricultura, Mineralogia, Indústria e Comércio, de que resulta a subsistência, comodidade e civilização dos povos, maiormente neste continente, cuja extensão, não tendo o devido e correspondente número de braços indispensáveis ao amanhã e aproveitamento do terreno, precisa de grandes socorros da prática para aproveitar os produtos, cujo valor e preciosidade podem vir a formar do Brasil o mais rico e opulento dos Reinos conhecidos, fazendo-se, portanto, necessário aos habitantes o estudo das Belas-Artes com aplicação e referência aos ofícios mecânicos, cuja prática, perfeição e utilidade depende dos conhecimentos teóricos daquelas artes, e difusivas luzes das ciências naturais, físicas e exatas; e querendo, para tão úteis fins aproveitar, desde já, a capacidade, habilidade e ciência de alguns dos estrangeiros beneméritos que têm buscado a Minha Real e Graciosa Proteção, para serem empregados no ensino da instrução pública daquelas artes: Hei por bem, e mesmo enquanto as aulas daquelas artes e ofícios não formam a parte integrante da dita

Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios que Eu Houver de Mandar estabelecer, se pague anualmente (...).³

No projeto original de Le Breton, a proposta concentra-se em instaurar uma nova metodologia de ensino através da criação de uma Escola de Belas Artes, dotada de disciplinas sistematizadas e graduadas. O ensino se daria em três fases: 1) desenho geral e cópia de modelos dos mestres, para todos os alunos; 2) Desenho de vultos e da natureza, e elementos de modelagem para os escultores e, 3) Pintura acadêmica com modelo para pintores; escultura com modelo vivo para escultores, e estudo no atelier de mestres gravadores e mestres desenhistas para os alunos destas especialidades. Para a arquitetura haveria também três etapas divididas em teóricas e práticas: 1) Na teoria – a) História da arquitetura através de estudo dos antigos; b) Construção e perspectiva; c) Estereotomia; 2) Na prática: a) Desenho; b) Cópia de modelos e estudo de dimensões; c) Composição. Para os estudos musicais, no projeto de Le Breton, existiria critérios de avaliação e aprovação dos alunos, cronograma de aulas. A Escola prevê, ainda, a necessidade da formação de artífices auxiliares competentes através da organização de uma *Escola de Desenho para as Artes e Ofícios*.⁴

A colônia de Le Breton chega ao Brasil com forte motivação, nas palavras de Debret sente-se o entusiasmo:

Animados todos por um zelo idêntico e com o entusiasmo dos sábios viajantes que já não temem mais, hoje em dia, enfrentar os azares de uma longa e ainda, muitas vezes, perigosa navegação, deixamos a França, nossa pátria comum, para ir estudar uma natureza inédita e imprimir, nesse mundo novo, as marcas profundas e úteis, espero-o, da presença de artistas franceses.⁵

³ Idem, p. 102

⁴ LEBRETON, Joaquim. *Memória do Cavaleiro Joaquim Lebreton para o estabelecimento da Escola de Belas Artes, no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1816.

⁵ SIQUEIRA, Vera Beatriz. *Redescobrir o Rio de Janeiro*. In: 19&20 - A revista eletrônica de DezenoveVinte. Volume I, no 3, novembro de 2006.

No entanto, as boas expectativas na perduram por muito tempo. A intenção de transformar a arte brasileira de barroca à neoclássica, encontra resistências estéticas e, principalmente, políticas. De um lado, os artistas nativos unem esforços com os mestres lusos em defesa dos parâmetros barrocos estabelecidos. Por outro lado, a politicamente, a figura de Le Breton encontra oposição de muitos membros importantes do regime imperial português, mas particularmente, enfrenta como opositor o consul-geral francês no Brasil, Maler que não vê com bons olhos a presença dos bonapartistas⁶. Outro dado importante que contribui para o fracasso da Missão Artística Francesa é a morte do seu principal incentivador, o Conde da Barca, em 1817.

Le Breton falece em junho de 1819. Como seu sucessor é nomeado o português, professor de desenho, Henrique José da Silva, artista conservador, crítico acirrado dos artistas franceses. Com diretor da Escola, seu primeiro gesto é liberar os franceses de suas obrigações como professores. As dificuldades ao grupo de artistas franceses crescem com as oscilações políticas que antecedem e sucedem ao processo de independência, levado ao cabo, anos mais tarde por Pedro I. São tantos obstáculos que Nicolas-Antoine Taunay abandona o país em 1821 (ano da morte de Napoleão), substituído por seu filho, Félix Taunay. Logo em seguida, Taunay, o escultor, também falece, desfalcando ainda mais o primeiro grupo de artistas franceses, do qual são efetivamente aproveitados pelo governo apenas cinco integrantes: Debret, Nicolas Taunay, Auguste Taunay, Montigny e Ovide.

Em decreto de 12 de outubro de 1820, funda-se a Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, que, como a Escola anterior, não funciona, sendo substituída pela Academia de Belas Artes, em função de outro decreto, datado de 23 de novembro do mesmo ano. Por este, dá-se início às aulas de desenho, pintura, escultura e gravura, e também são nomeados diretores dois portugueses, o já citado Henrique José da Silva e o padre Luís Rafael Soyé.

Finalmente, em 5 de novembro de 1826, com a presença de D. Pedro I, surge a Academia Imperial de Belas Artes (atual Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro) – resultado da lutas travadas pela “colônia de artistas de Le Breton” que se constitui em projeto renovador (pragmático e idealista) com desdobramentos importantes

⁶ PEDROSA, Mário. *Da Missão Francesa: seus obstáculos políticos...* op. cit., p. 46.

na trajetória da arte brasileira. A “colônia de Le Breton” é responsável por um novo sistema de ensino e a atuação dos franceses contribui para melhorar o *status* do artista, assumindo uma postura de cidadãos livres, profissionais, numa sociedade laicizada, e não mais submetidos à Igreja e seus temas, como se observa nos tempos anteriores.

Os artistas franceses são considerados os fundadores da arte acadêmica como estilo no Brasil, uma arte cultivada pelo estado e organizada dentro de linhas metodológicas rígidas, com temáticas próprias, modelos formais próprios, exames de aptidão e sistema de premiações. Os alunos da Academia são constituidores do cenário artístico nacional: Victor Meirelles, Rodolfo Amoedo, Henrique Bernardelli, Pedro Américo, Eliseu Visconti, Artur Timóteo da Costa, Belmiro de Almeida, e tantos outros. Essa tradição somente tem interrupção com a absorção da Academia, depois Escola Nacional de Belas Artes, pela atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, exatamente quando o Modernismo surge com força na cena cultural-artística nacional, encerrando um ciclo na arte brasileira e a República reorganiza o sistema de ensino superior.

Referências bibliográficas

- CARDOSO, Rafael. *A Academia Imperial de Belas Artes e o Ensino Técnico*. In: 19&20 - A revista eletrônica de DezenoveVinte. Volume III, n. 1, janeiro de 2008.
- CONDURU, Roberto. *Araras Gregas*. In: 19&20 - A revista eletrônica de DezenoveVinte. Volume III, n. 2, abril de 2008.
- LE BRETON, Joachim. *Memória do Cavaleiro Joachim Lebreton para o estabelecimento da Escola de Belas Artes, no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1816.
- LUZ, Ângela Âncora. *A Missão Artística Francesa: novos rumos para a Arte no Brasil*. Rio de Janeiro: Revista Da Cultura, Ano IV, nº 7, Dezembro de 2004. p. 16-22.
- NETO, Manoel S. *A chegada da Corte Portuguesa ao Brasil*. Entrevista, Jornal Opinião e Notícia, 24 de março de 2008.
- PEDROSA, Mário. *Da Missão Francesa: seus obstáculos políticos*. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori (org.). *Acadêmicos e modernos: textos escolhidos III*. São Paulo: EDUSP, 1998.

SALA, Dalton. “As Origens Históricas”. In: ACERVO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES. Coord. Heloísa Aleixo Lustosa; textos Amândio Miguel dos Santos (et. all.); Tradução Isa Mara Lando, Owen Beith, Stanley Heilbrun. São Paulo: Banco Santos, 2002.

SIQUEIRA, Vera Beatriz. *Redescobrir o Rio de Janeiro*. In: 19&20 - A revista eletrônica de DezenoveVinte. Volume I, no 3, novembro de 2006.